

“Um dos principais entraves para expansão é a concentração produtiva de gás natural no litoral”

Leonardo Mosimann Estrella, pesquisador do Inep

O setor de gás natural brasileiro atravessa uma conjuntura marcada por desafios estruturais. Apesar do potencial de expansão, menos de 9% dos municípios do país são atendidos por redes de distribuição. Em Santa Catarina, o cenário é de retração do consumo, especialmente nos setores de maior demanda como o industrial e o automotivo. Dados recentes apontam queda na demanda e, de forma atípica, uma redução média de 7% no preço do gás no mês de julho, enquanto outras unidades da federação registraram aumentos. As discussões em curso incluem a reformulação das tarifas de transporte, a inserção do biometano como alternativa renovável no contexto da transição energética justa, a revisão dos contratos de concessão estaduais e os estudos conduzidos pelo Governo Federal para ampliar a oferta de gás com base na exploração do pré-sal e na integração energética com a Argentina, que desponta como grande produtora de gás não convencional e potencial fornecedora para o mercado brasileiro, substituindo gradualmente a Bolívia.

A Coluna conversou com o pesquisador do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Inep), Leonardo Mosimann, sobre o tema. Confira:

Pelo Estado - Quais os principais entraves e desafios que ainda limitam a expansão do mercado de gás natural no Brasil?

LM - Hoje, um dos principais entraves é justamente essa concentração produtiva no litoral, o que dificulta a interiorização da rede. Soma-se a isso o fato de que o gás natural brasileiro é explorado majoritariamente de forma associada ao petróleo e, em grande parte, em campos offshore, ou seja, no mar, o que impõe uma

vínculo ao dólar e barril do petróleo, o que impacta diretamente na competitividade do insumo aqui dentro. Mais recentemente, esses desafios se ampliaram com a própria estruturação do setor, que passou a ser cada vez mais concentrada e financeirizada. Tanto no transporte quanto na distribuição, o domínio do capital privado impôs uma lógica de concessão que prioriza a rentabilidade dos ativos, muitas vezes em detrimento da expansão territorial do serviço ou de estratégias públicas mais amplas de universalização e desenvolvimento regional.

PE - Como o senhor avalia o posicionamento de Santa Catarina dentro desse contexto nacional?

LM - O estado tem uma diversidade produtiva muito marcada por região, que é fruto direto da sua formação socioespacial. Diferente de outros estados do Brasil, Santa Catarina não teve uma tradição escravista forte e o latifúndio nunca desempenhou um papel dominante. O desenvolvimento local se deu a partir de pequenas propriedades e de uma lógica econômica em que o capital comercial teve um papel mais secundário. Isso tudo contribuiu para um tipo de organização produtiva mais capilarizada, baseada em iniciativas locais. E é justamente esse arranjo que explica um fato bastante singular. Santa Catarina é o único estado do país em que um cluster industrial é sócio direto da concessionária estadual de gás natural. O gás chegou ao estado, nos final dos anos 1990, como resultado da mobilização do próprio setor produtivo, que pressionou o governo federal a rever o traçado original do gasoduto de transporte, que levaria o gás natural diretamente ao Rio de Janeiro e a São Paulo, sem passar pelo Sul. Santa Catarina se diferencia, portanto, como um estado onde foi a indústria que viabilizou a nova infraestrutura desde o início.

PE - A tarifa de gás natural em Santa Catarina apresentou queda média de 7% em julho, na

contramão de outros estados. O que motivou essa redução?

LM - Na minha leitura, o comportamento da tarifa no estado pode ser dividido em quatro grandes momentos. Entre 2000 e 2005, mesmo com a necessidade de acelerar os investimentos para expansão da rede, as tarifas foram mantidas em patamares relativamente controlados. Já de 2006 a 2010, houve um debate intenso sobre os custos do serviço, especialmente porque a indústria termointensiva, como o polo cerâmico do Sul do estado, precisava de preços mais competitivos para se manter no mercado exportador. Entre 2011 e 2018, houve um esforço claro de reposicionar Santa Catarina como referência em preço competitivo, e por um bom período o estado chegou a praticar algumas das tarifas mais atrativas do Brasil. A partir de 2019, no entanto, a gente observa uma mudança de foco comercial por parte da concessionária, que passou a direcionar esforços para o mercado residencial, de menor consumo, mas com maior margem. Esse reposicionamento também ajuda a explicar a queda expressiva no consumo industrial e automotivo, além da introdução do mercado livre, que muda a lógica de suprimento e pressão sobre as tarifas. A queda média de 7% nas tarifas em julho de 2024, na contramão do que ocorreu em estados como o Espírito Santo, que teve aumento médio de 17,5%, se deve principalmente a um movimento de contestação por parte dos consumidores industriais. Esse movimento resultou na publicação da Resolução ARESC nº 337/2025, que reconheceu cobranças consideradas indevidas ao longo da última década, entre 2014 e 2024, e determinou uma redução no valor das tarifas. Essa resolução deve, inclusive, sustentar novas reduções em 2026. Apesar da queda recente, vale destacar que, em termos de competitividade, Santa Catarina ainda fica atrás de estados como São Paulo, especialmente quando a análise se refere a grandes volumes aplicados em processos industriais. Mas a mudança sinaliza uma reabertura do diálogo entre consumidores e o setor regulado, o que pode trazer um cenário mais equilibrado nos próximos anos.

PE - Qual a expectativa para a evolução tarifária nos próximos meses, considerando o cenário regulatório e de suprimento?

LM - Como já comentado anteriormente, a tendência é de queda tarifária em Santa Catarina, enquanto a maior parte do país deve seguir registrando aumentos. Isso se deve principalmente à resolução publicada pelo órgão regulador estadual, que estabeleceu a necessidade de redução de tarifas após anos de questionamentos sobre cobranças consideradas indevidas. Em Santa Catarina, os reajustes de preço do gás e do transporte costumam ocorrer de forma semestral, normalmente nos primeiros dias de janeiro e de julho. A expectativa, portanto, é de que essa trajetória de redução continue em 2026, desde que o mercado internacional de petróleo não sofra grandes elevações de preço. Isso, claro, depende de como vão evoluir os atuais conflitos geopolíticos e geoeconômicos, que podem pressionar os preços globais da energia.

Outro fator que precisa ser considerado é o comportamento do setor industrial aqui no estado. Entre 2019 e 2024, houve uma queda expressiva de 26,55% no consumo industrial de gás natural, e se essa retração continuar, pode haver impactos na composição tarifária, já que uma base de consumo menor tende a elevar o custo unitário do serviço. Então, o cenário é de cautela, mas com perspectiva de continuidade da redução, desde que esses dois fatores, estabilidade externa e recuperação da demanda, se mantenham sob controle.

PE - Que alternativas viáveis podem ser adotadas para interiorizar o fornecimento de gás natural em Santa Catarina, especialmente para regiões sem rede canalizada?

LM - Primeiro, é fundamental que o órgão regulador, o governo estadual, o mercado e a própria concessionária estabeleçam, de forma articulada, qual é a demanda real no médio prazo e qual o volume necessário de molécula para atender as regiões que ainda estão desabastecidas. Esse diagnóstico é essencial para que qualquer política de interiorização do fornecimento de gás natural tenha viabilidade. Além disso, é preciso repensar a lógica atual de interiorização. O modelo tradicional, baseado em grandes redes estruturantes, precisa ser avaliado com cuidado, especialmente num cenário em que o gás no Brasil é caro, e Santa Catarina, nos últimos anos, chegou a liderar o ranking nacional de tarifas.



Foto: Asses. Comunicação/Divulgação

Integração Editorial



Produção e edição: ADI/SC - Jornalista Celina Sales
com colaboração de Cláudia Carpes.
Contato peloestado@gmail.com
Diagramação: Celina Sales